

# CartaCapital

## SUSTENTABILIDADE

# Bolsonaro quer aprovar a liberação d indígenas

PL retira o poder de veto dos povos originários, autoriza o plantio de transgênicos e a construção de f





NEM RICARDO SALLES, QUE RECOMENDOU "PASSAR A BOIADA", FARIA MELHOR

ouça este conteúdo

readme.ai



Leia a edição desta semana: '**O antibolsonaro**'



no meu carro um jogo de peneiras e uma bateia. Sempre que possível, eu parava num canto qualquer uma faiscada”, afirmou em um vídeo de 2018.

A bateia é um instrumento em formato de cone usado para separar a água do cascalho e dar uma “fa significa buscar metais preciosos. O interesse do ex-capitão pelo garimpo vem de berço. Seu pai, Peri Geraldo, frequentava o formigueiro de Serra Pelada na década de 1980, auge da corrida do ouro no Pa Engana-se, porém, quem acredita que os laços de Bolsonaro com a atividade se limitam às tradições familiares. No Palácio do Planalto, o ex-capitão uniu a fome à vontade de comer e atirou-se a um proj poder, a constante ameaça às terras indígenas que une o governo ao submundo da extração ilegal de e pedras preciosas.

PUBLICIDADE

Jeep® é marca registrada da Stellantis-FCA US LLC.  
No trânsito, sua responsabilidade salva vidas.

Jeep COMPASS  
CVC 0000 0000 0000  
facebook.com/jeepbrasil

**Jeep**  
HÁ 80 ANOS SENDO JEEP.

**Jeep Compass. Viva o incrível agora.**

Saiba mais

Jeep Jeep - Sponsored

Na abertura das atividades do Congresso neste ano, depois de se livrar dos “entraves” representados Rodrigo Maia, Bolsonaro entregou uma carta de prioridades aos novos presidentes da Câmara, Arthur do Senado, Rodrigo Pacheco.

Da lista consta, com destaque, a aprovação do PL 191, elaborado pelos ministérios de Minas e Energi Justiça, à época chefiado por Sergio Moro. O projeto de lei é a festa do caqui: libera a mineração em t indígenas, retira o poder de veto dos povos originários – previsto na Constituição –, autoriza o plantio transgênicos e a construção de hidrelétricas e retira os entraves às atividades pecuárias, exploração ( petróleo e gás e turismo nas terras indígenas. Nem o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que recomendou “passar a boiada”, faria melhor.





# Apesar de vedados pela Constituição, há mil pedidos de lavra em tramitação na Agência Nacional de Mineração

OPINIÃO

BLOGS

Atualmente, vivem na Amazônia Legal 222 etnias, e há 332 terras indígenas oficiais e 92 em estudo, com mil famílias que falam 160 línguas.

A exploração de minério em terras demarcadas é ilegal e nunca foi regulamentada pelo Congresso. Assim, segundo um levantamento do Greenpeace realizado no primeiro semestre do ano passado, 72 atividades garimpeiras na Amazônia ocorrem em territórios protegidos. A ONG ambiental registrou ainda aumento das áreas exploradas ilegalmente: de 383,3 hectares em 2019 para 434,9. Em relação às unidades de conservação, o garimpo destruiu 879,8 hectares de floresta, entre janeiro e abril de 2020, o que representa um aumento de 80,62%. Vale lembrar que 1 hectare corresponde a um campo de futebol. Especula-se que 800 mil garimpeiros atuam de forma ilegal no Brasil, grande parte instalada na Região Norte.

Um estudo de pesquisadores australianos e brasileiros publicado na revista internacional *One Earth* leva em conta os impactos do PL 191 não só no País. Caso seja aprovado, apontam os estudiosos, uma área do tamanho da Venezuela, o equivalente a 860 mil quilômetros quadrados de floresta, sofrerá os efeitos diretos. Calcula-se que os danos ambientais provocados pela exploração de minério se espalhem por um raio de 70 quilômetros a partir do ponto central. Os prejuízos são estimados em 5 bilhões de dólares por ano, quando se leva em conta a área de floresta afetada, as perdas da agricultura de subsistência, o desmatamento, a poluição dos rios e a emissão de gás carbônico, entre outros.

“Levantamos o impacto em setores da economia, mas há outros efeitos, inclusive na política e nas relações internacionais. A França e a Alemanha cobram respeito à autonomia dos povos indígenas para fechar acordos com o Mercosul. Vamos lembrar também do dossiê enviado ao presidente Joe Biden que relata as parcerias comerciais entre Estados Unidos e Brasil com as políticas ambiental e indígena de Bolsonaro. Isso só mostra o quão marginal é este governo”, afirmou o professor Britaldo Soares Filho, um dos autores do artigo publicado na *One Earth* e coordenador do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais.

**RECEBA AS NOTÍCIAS DE CARTACAPITAL TODOS OS DIAS NO SEU E-MAIL**

Aceito receber promoções e informações

Não utilizamos seus dados para enviar nenhum tipo de spam.





# O garimpo nas terras dos Mundurucusau do controle, alerta o

ÚLTIMAS

POLÍTICA

ECONOMIA

SOCIEDADE

JUSTIÇA

MUNDO

DIVERSIDADE

EDUCAÇÃO

OPINIÃO

BLOGS

Apesar de vedados pela Constituição, existem 3 mil requerimentos de pesquisa ou lavra em terras inc em tramitação na Agência Nacional de Mineração, dos quais 58 foram autorizados, segundo levantam projeto Amazônia Minada.

A recordista é a Anglo American Niquel, com 27 permissões para explorar cobre em terras indígenas ( Grosso e no Pará. Várias dessas autorizações ficam no território Sawré Muybu (Pimental), no sudeste Pará, tradicionalmente ocupado pelo povo Munduruku, nas cercanias dos municípios de Itaituba e Tra 2019, a empresa faturou 10 bilhões de dólares.

Os principais beneficiários do projeto são, no entanto, os garimpeiros que operam na ilegalidade. O m ter a imagem vinculada à exploração de terras indígenas, o fato de ser um projeto de lei defendido po governo que pode, daqui a dois anos, ser substituído, e a tendência crescente dos investidores intern de valorizar quem protege o meio ambiente são razões suficientes para afastar as empresas listadas Bolsa ou dependentes do financiamento externo. Resta, portanto, quem opera na clandestinidade e c para que a Amazônia Legal continue a ser uma terra sem leis, digna do faroeste.

“Dificilmente mineradoras vão investir em projetos com grande risco ambiental e é disso que trata o F uma proposta que não traz ganho nenhum para o País”, alerta Soares Filho.

O projeto foi protocolado na Câmara dos Deputados, mas ainda não começou a tramitar. Apesar da p do Palácio do Planalto e do lobby de parlamentares financiados pelo garimpo, existem barreiras legai políticas que dificultam a aprovação.

O PL ignora, entre outros pontos, o poder de veto das etnias previsto nas Declarações Americana e da Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas, documentos que vinculam todos os países que fa parte dos sistemas da ONU e da OEA.

“O veto deve ser traduzido pela palavra ‘consentimento’, livre e fundamentado, dado antes de aprovar projeto que prejudique as TIs, desde a saúde do povo até os recursos ambientais”, esclarece o deputa federal Nilto Tatto, integrante da Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

“O governo federal tem de observar esses tratados que possuem força de lei no Brasil. Mas, do noss oposição, atuaremos para evitar a formação das comissões e adiar a votação. O Lira tem insistido en as comissões e retomar as reuniões presenciais. Com isso, a pauta vai ser definida por maioria pelo c de líderes, que, claramente, está do lado do Bolsonaro. É nesse quadro que ‘a boiada vai passar’ no Congresso”, teme o parlamentar, cotado para presidir a comissão.

Dados do Greenpeace apontam que ao menos três territórios indígenas sofrem com a invasão do gar



CartaCapital



No território Munduruku, 100% dos indígenas estariam contaminados pelo mercúrio, substância esse lavra, segundo estudo feito pela WWF em parceria com a Fiocruz. O Rio Tapajós, que corta a região, tá está ameaçado pela disseminação do produto químico.

ÚLTIMAS

POLÍTICA

ECONOMIA

SOCIEDADE

JUSTIÇA

MUNDO

DIVERSIDADE

EDUCAÇÃO

OPINIÃO

BLOGS

## INVASÃO SEM CONTROLE

### COMO ESTÁ:

(Janeiro/Abril 2020)

72% de garimpo ilegal em terras indígenas

### HECTARES DESTRUÍDOS PELO GARIMPO EM TERRAS INDÍGENAS:

2019: 383 ha  
2020: 434 ha

### HECTARES DESTRUÍDOS PELO GARIMPO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

2019: 487 ha  
2020: 879 ha

Um hectare equivale a um campo de futebol

### COMO PODE FICAR COM O PROJETO DE BOLSONARO:

Perda de 160 mil m<sup>2</sup> da Amazônia, o equivalente a 20 anos de desmatamento

332 terras indígenas ameaçadas

655 mil famílias em risco

Perdas de U\$ 5 bi por ano

\*Fonte Green e UFM USP/I

O garimpo ilegal funciona em um sistema que conta, inclusive, com a cooptação e a “compra” de índios. Os “escravos”, trabalhadores pobres e em busca do sonho de enriquecer, ganham pouco e enfrentam riscos à saúde associados à atividade e à ira das etnias. Não são raros os conflitos que resultam em mortes. Os chamados “barões”, aqueles que de fato lucram, passam longe das lavras e dos holofotes, embora sejam bem conhecidos na região. O dinheiro levantado por essa turma não só enriquece uns poucos como também cria um lobby e a boa vontade de políticos diversos, de vereadores a senadores. Não é o suficiente. A aprovação do projeto livraria os “barões” de um inconveniente: a fiscalização, ainda que insuficiente, dos órgãos ambientais.

Em um ambiente quase totalmente desregulado, que ficou pior por conta do desmonte do Ibama e da

Sem fiscalização adequada, os garimpeiros valem-se de permissões de lavra falsas, que garantem a exploração e a venda do ouro. A “**papelada**” dá ares de legalidade ao negócio e protege os envolvidos garras da lei.

ÚLTIMAS

POLÍTICA

ECONOMIA

SOCIEDADE

JUSTIÇA

MUNDO

DIVERSIDADE

EDUCAÇÃO

OPINIÃO

BLOGS

“O garimpo é fruto da completa ausência de política pública e de uma política desenvolvimentista da Amazônia. Ela acabou aprisionada em uma lógica energética e agropecuária totalmente provinciana e colonial. A atividade é predatória e escraviza o povo da Amazônia, que não sabe o que é o Estado”, explica Danicley Aguiar, do Greenpeace, morador da Amazônia há 45 anos.

“É uma questão de saúde pública, polícia e política. Nenhum governante, nem no Brasil Colônia, quis lidar com o povo daqui que futuro queremos para as 25 milhões de almas que vivem na Amazônia. Historicamente, nunca fomos enxergados.” Bolsonaro quer, no entanto, ir um pouco além: entregar as cheias de mercúrio, a quem pagar mais.

**Publicado na edição n.º 1144 de CartaCapital, em 12 de fevereiro de 2021.**

### Um minuto, por favor...

Obrigado por ter chegado até aqui. Combater a desinformação, as mentiras e os ataques às instituições custa tempo e dinheiro. Nós, da **CartaCapital**, temos o compromisso diário de levar até os leitores um jornalismo crítico, alicerçado em dados e fontes confiáveis. Acreditamos que este seja o melhor antídoto contra as fake news e o extremismo que ameaçam a liberdade e a democracia.

Se você acredita no nosso trabalho, junte-se a nós. Apoie, da maneira que puder. Ou assine e tenha acesso ao conteúdo integral de **CartaCapital**!

ou, se preferir, **Faça uma Doação.**

ANA FLÁVIA GUSSEN

